



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**  
Comissão de Educação e Ciência

**Relatório da visita**  
**do Grupo de Trabalho de Educação Especial**

**Agrupamento de Escolas Leal da Câmara (Rio de Mouro)**

---

**11 de junho de 2019**



## **Objetivo da visita**

Com esta visita, o Grupo de Trabalho de Educação Especial pretende conhecer melhor a forma como está a decorrer a implementação do regime jurídico da educação inclusiva (Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho), identificando, junto dos profissionais da área, eventuais constrangimentos, problemas e necessidades, bem como boas práticas.

## **Delegação**

A delegação do Grupo de Trabalho de Educação Especial foi constituída pelas seguintes Senhoras Deputadas:

- Deputada Manuela Tender (Coordenadora do GT)
- Deputada Ana Sofia Bettencourt (PSD)
- Deputada Sandra Pontedeira (Grupo Parlamentar do PS)
- Deputada Ângela Moreira (Grupo Parlamentar do PCP)

2

## **Síntese da Visita ao Agrupamento de Escolas Leal da Câmara**

A visita teve início às 11h00 no Agrupamento de Escolas Leal da Câmara, tendo a delegação sido recebida à chegada pelo Diretor do Agrupamento, Dr. Jorge Gabriel Moniz Lemos.

A delegação do Agrupamento incluía, além do diretor, os seguintes elementos:

- Elsa Maria Ferreira Henriques – Coordenadora do Departamento da Educação Especial



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**  
Comissão de Educação e Ciência

- Ana Luísa Sousa Mendes Alves – Coordenadora do Departamento da Educação Pré-Escolar
- Maria Manuela Freire Marques – Coordenadora do Departamento do 1.º Ciclo
- Margarida Isabel Graça Antunes Alves de Almeida – Técnica Psicóloga
- Ana Maria Miranda de Almeida – Professora de Educação Especial (GR 910)
- Teresa Margarida Marques Fernandes Silva Pereira – Coordenadora dos Diretores de Turma do E. Secundário
- Maria Helena Ribeiro Cruz – Coordenadora dos Diretores de Turma do 3.º Ciclo

A Deputada Manuela Tender começou por fazer uma apresentação do Grupo de Trabalho da Educação Especial, bem como o contexto da visita, nomeadamente o enquadramento legislativo recente sobre a matéria e interpelando a Escola sobre a forma como a prática se está a adequar a esta nova realidade e quais as principais dificuldades e constrangimentos.

O Diretor do Agrupamento fez uma apresentação da Equipa multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva, desenvolvendo algumas questões em torno da organização da Equipa e das dúvidas e constrangimentos sentidos.



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**  
Comissão de Educação e Ciência



Salientam-se, de seguida, alguns dos aspetos realçados nesta apresentação:

- Análise da nova legislação, sublinhando que muito do que foi preconizado já era prática corrente;
- Realçaram que sempre tiveram docentes de educação especial nas equipas de avaliação;
- Apesar da mudança, aproveitou-se muito que vinha de trás;
- Apresentaram algumas críticas à falta de formação relativamente à nova legislação, sugerindo que esta fosse feita no início do ano letivo;
- Realçaram a importância do Manual de apoio à prática, que foi uma ajuda preciosa;

Acerca de outras reflexões, dúvidas e constrangimentos, destaca-se o seguinte:



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**  
Comissão de Educação e Ciência

- O impacto da nova legislação na vida da comunidade escolar com tradução ainda pouco visível ao nível dos benefícios concretos para os alunos (visão da comunidade educativa);
- A disparidade de interpretações do novo normativo por parte da comunidade educativa;
- A dificuldade na apropriação e implementação dos princípios constantes no Dec-Lei n.º 54/ 2018, sem burocratizar, pois a construção e a monitorização dos processos implicou a necessidade de burocracia excessiva com grande dispêndio de energia e tempo;
- O facto de o número de horas disponíveis para os elementos que integram a EMAEI, face ao volume de situações que são analisadas é, nesta fase, insuficiente devido à acumulação de funções exigentes e diversas que os elementos da equipa assumem;
- A dificuldade na conciliação de horários relativamente à realização das reuniões das equipas de avaliação, onde participam quer elementos permanentes quer elementos variáveis, o que atrasa o processo;
- Os recursos existentes no agrupamento manterem-se os mesmos, sendo manifestamente insuficientes para dar resposta plena ao preconizado na nova legislação e às necessidades identificadas;
- Falta legislação para indicar o modelo de certificado para alunos com adaptações curriculares significativas;
- Dificuldade em articular com a Saúde nos termos descritos no decreto.

De seguida, houve intervenções das Deputadas Sandra Pontedeira (PS), Ângela Moreira (PCP) e Ana Sofia Bettencourt (PSD), que fizeram um balanço (positivo) da reunião e agradeceram a partilha.



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**  
Comissão de Educação e Ciência



No final da reunião, a Coordenadora do Grupo de Trabalho, a Deputada Manuela Tender, agradeceu a amabilidade com que a delegação da AR foi recebida, salientando a importância da informação recolhida, contribuindo para o conhecimento das realidades existentes e das necessidades efetivas dos Agrupamentos de Escolas.